

Comando da Região Militar do Norte

Hospital Militar Regional n.º 2

Despacho n.º 2431/2005 (2.ª série). — *Subdelegação de competências no subdirector administrativo do HMR2.* — 1 — Ao abrigo da autorização que me é concedida pelo n.º 3 do despacho n.º 24 982/2003 (2.ª série), do TGEN CMDT RMN Eduardo Augusto Carneiro Teixeira, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 300, de 30 de Dezembro de 2003, subdelego no subdirector administrativo deste HMR2, TCOR ADMIL António Aurélio da Silva Ferreira, a competência para autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas até ao limite de € 5000.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 8 de Novembro de 2004, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados.

15 de Novembro de 2004. — O Director, *Carlos Manuel Armas da Silveira Gonçalves*, COR MED.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral dos Impostos

Louvor n.º 94/2005. — No momento em que é extinto o NIRIP — Núcleo para a Implementação da Reforma dos Impostos sobre o Património, criado por despacho de 3 de Maio de 2003 do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, é-me particularmente grato dar público louvor aos membros que o integraram, a saber:

José Maria Fernandes Pires, gestor tributário;
Manuel José E. Gonçalves Cecílio, inspector tributário principal;
Maria do Céu Rouxinol S. Coelho, inspectora tributária, nível II;
José Leandro Esteves, inspector tributário, nível II;
João Pedro Vieira Cordeiro, inspector tributário, nível II;
Mirza Alexandra Teixeira G. R. Alves de Moura, técnica de administração tributária-adjunta;
Alexandra Isabel Nascimento Gonçalves, técnica de administração tributária-adjunta;

pelo excelente trabalho realizado, cujo mérito se alicerça na qualidade do planeamento efectuado, na metodologia adoptada na execução do plano traçado, com visão integrada dos problemas e das matérias a regular e, ainda, na competência técnica, profundo conhecimento das matérias, espírito de dedicação, lealdade e bom relacionamento humano revelados pelos seus membros na consecução da missão que lhes fora confiada.

É de salientar, também, o desempenho do gestor tributário Dr. José Maria Pires pelo particular exercício de funções de coordenação na dependência directa do subdirector-geral da área dos impostos sobre o património — SDG José João Duarte, no âmbito da própria equipa, e de articulação, quer interna, aos diferentes níveis da organização, especialmente com os serviços periféricos locais, quer com a Direcção-Geral de Informática Tributária e Aduaneira e de outras entidades públicas envolvidas, em razão da matéria, nesta bem sucedida implementação da reforma dos impostos sobre o património.

7 de Janeiro de 2005. — O Director-Geral, *Paulo Moita Macedo*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Despacho conjunto n.º 104/2005. — Considerando que se deu início ao estudo e preparação do lançamento da parceria público-privada respeitante à 1.ª fase do projecto do metro ligeiro de superfície entre Algés e a Falagueira;

Considerando que foi efectuada a notificação a que alude o n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 86/2003, de 26 de Abril;

Nos termos do n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 86/2003, de 26 de Abril, é constituída a comissão de acompanhamento da parceria público-privada respeitante ao projecto metro ligeiro de

superfície entre Algés e a Falagueira, que é composta pelos seguintes membros:

- a) Em representação do Ministro das Finanças e da Administração Pública:
Prof. Rui Manuel Valentim de Sousa Monteiro;
Dr.ª Ana Maria Sanches Bencatel;
- b) Em representação do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações:
Dr.ª Maria Isabel Rodrigues Prazeres Falcão de Campos
Gorjão Henriques;
Dr.ª Cristina Maria Santos Pinto Dias.

13 de Janeiro de 2005. — O Ministro das Finanças e da Administração Pública, *António José de Castro Bagão Félix*. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *António Luís Guerra Nunes Mexia*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Despacho conjunto n.º 105/2005. — Nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e no uso da delegação de competências estabelecida pelo despacho n.º 20 819/2004 (2.ª série), de 20 de Setembro, da Ministra da Ciência, Inovação e Ensino Superior, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 238, de 9 de Outubro de 2004, é aprovado o programa das provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso na categoria de chefe de repartição do quadro de pessoal dos Serviços de Acção Social da Universidade dos Açores, constante do anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

17 de Janeiro de 2005. — O Reitor da Universidade dos Açores, *Avelino de Freitas de Meneses*. — A Directora-Geral da Administração Pública, *Maria Ermelinda Carrachás*.

ANEXO

Programa das provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso na categoria de chefe de repartição do quadro de pessoal dos Serviços de Acção Social da Universidade dos Açores.

1 — Órgãos de soberania — Presidente da República, Assembleia da República, Governo e tribunais — competências.

2 — Autonomia universitária e acção social escolar:

- a) Autonomia das universidades;
- b) Princípios da política da acção social no ensino superior;
- c) Serviços de Acção Social da Universidade dos Açores — estrutura orgânica e competências.

3 — Princípios fundamentais de direito:

- a) O direito — noção e fontes;
- b) O princípio da separação de poderes;
- c) A hierarquia das leis;
- d) O formulário das leis.

4 — Regime jurídico da função pública:

- a) Quadros e carreiras;
- b) A relação jurídica na Administração Pública — constituição, modificação e extinção;
- c) Nomeação e contrato — noção e modalidades;
- d) Requisitos gerais para o exercício de funções públicas;
- e) Regulamento e selecção de pessoal na Administração Pública;
- f) Regime de duração e horário de trabalho;
- g) Classificação de serviço — avaliação de desempenho;
- h) Incompatibilidade e acumulação de funções;
- i) Estatuto disciplinar — noção de infracção — deveres gerais.

5 — Contabilidade geral — pública e patrimonial — considerações gerais — sistema contabilístico dos serviços e organismos do Estado. Contabilidade pública:

- a) Orçamento do Estado — princípios e regras orçamentais;
- b) Dotações orçamentais, cabimento e regime duodecimal;
- c) Noções gerais sobre receitas e despesas — suas principais classificações;

- d) Operações de tesouraria;
- e) Conta de gerência;
- f) Investimento do Plano.

Contabilidade patrimonial — normalização contabilística — POC Educação (Plano Oficial de Contabilidade Pública para o sector da Educação):

- a) Demonstrações financeiras;
- b) Caracterização e movimentação de contas;
- c) Operações de fim de exercício;
- d) Consolidação de contas;
- e) Documentos de prestação de contas.

Contabilidade analítica — a contabilidade analítica como instrumento de gestão — funções e gestão orçamental — contabilidade dos custos — classificação e apuramento dos custos:

- a) Centro de custos;
- b) Sistema de apuramento de custos;
- c) Custos padrão;
- d) Controlo orçamental.

6 — Aprovisionamento e património:

- a) Bens do Estado;
- b) Regime jurídico das aquisições de bens e serviços e das empreitadas de obras públicas;
- c) Gestão patrimonial;
- d) Gestão de *stocks*;
- e) Contratos de fornecimento e arrendamento;
- f) Inventário e cadastro;
- g) Gestão de veículos do Estado.

7 — Noções gerais de informática na óptica do utilizador.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Departamento Geral de Administração

Rectificação n.º 173/2005. — Para os devidos efeitos rectifica-se o despacho (extracto) n.º 25 685/2004, inserido no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 291, de 14 de Dezembro de 2004, a p. 18 614, pelo que onde se lê «Maria da Purificação Romano Martins de Albuquerque, assistente administrativa principal do quadro de pessoal do Hospital de São Francisco de Xavier, S. A. — despacho de 18 de Março de 2004 transferindo-a, com a mesma categoria, para o quadro I de pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal administrativo.» deve ler-se «Maria da Purificação Romano Martins de Albuquerque, assistente administrativa principal do quadro de pessoal do Hospital de São Francisco de Xavier, S. A. — despacho de 18 de Março de 2004 do Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e despacho de 29 de Julho de 2004 do conselho de administração do Hospital de São Francisco Xavier, S. A., transferindo-a, com a mesma categoria, para o quadro I de pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal administrativo.»

17 de Janeiro de 2005. — O Director, *Renato Pinho Marques*.

Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários

Despacho (extracto) n.º 2432/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de 3 de Janeiro de 2005:

Maria Clotilde Viana Paneiro da Câmara Pestana, Manuel Augusto Marques Carrola Gomes, Maria Cristina Gomes da Silva Cardoso de Albuquerque e Maria Manuela dos Santos Quintalo da Cunha Dias Guerreiro, assessores do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários — nomeados, na sequência de concurso, assessores principais do mesmo quadro, com efeitos a partir da data do despacho, sendo exonerados da anterior categoria a partir da data da aceitação dos novos lugares.

13 de Janeiro de 2005. — O Chefe de Repartição, *Carlos Paulo*.

Despacho (extracto) n.º 2433/2005 (2.ª série). — Por despacho de 18 de Janeiro de 2005 do director-geral dos Assuntos Comunitários:

Maria Isabel Carreira de Vila Santa Braga Campos — renovada a comissão de serviço no cargo de directora de serviços das Questões da Agricultura e das Pescas, com efeitos a 18 de Março de 2005.

Por despacho de 19 de Janeiro de 2005 do director-geral dos Assuntos Comunitários:

Maria Luísa Henriques Faria Fernandes Pereira Dias — renovada a comissão de serviço no cargo de chefe de divisão da Direcção de Serviços das Questões Económicas e Financeiras, com efeitos a 5 de Março de 2005.

21 de Janeiro de 2005. — A Directora de Serviços, *Maria Benedita Tinoca*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Direcção-Geral de Viação

Despacho n.º 2434/2005 (2.ª série). — Por despacho do subdirector-geral de Viação de 13 de Setembro de 2004, no uso de poderes delegados no despacho n.º 20 333/2003, e do secretário-geral-adjunto do Ministério da Educação de 6 de Dezembro de 2004:

Maria Gabriela da Silva Conceição Baeta Neves, auxiliar administrativa do quadro único do Ministério da Educação — autorizada a integração no quadro de pessoal da Direcção-Geral de Viação em lugar a extinguir quando vagar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Janeiro de 2005. — O Subdirector-Geral, *João Leitão*.

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Despacho n.º 2435/2005 (2.ª série). — Por despacho dos Ministros da Administração Interna e das Finanças e da Administração Pública de 3 de Setembro e de 7 de Dezembro de 2004, respectivamente:

Maria Teresa Esteves Payan Martins — autorizada a celebração do contrato administrativo de provimento, válido a partir de 6 de Outubro de 2003, anual e renovável por iguais períodos, para exercer as funções de auxiliar, no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, para leccionar a disciplina de Língua e Literatura Portuguesa do curso de licenciatura em Ciências Policiais, com o horário semanal de três horas efectivas, de acordo com o despacho n.º 317/81, de 23 de Novembro, rectificado conforme publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 60, de 13 de Março de 1982, a que corresponde 20%, € 384,73, do vencimento da categoria de auxiliar, em regime de tempo integral, previsto no escalão 1, índice 140, conforme o estipulado no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro (estatuto remuneratório do pessoal docente universitário e superior politécnico, bem como do pessoal da carreira de investigação científica), alterado pelo Decreto-Lei n.º 373/99, de 18 de Setembro.

13 de Janeiro de 2005. — O Director, *Alfredo Jorge Gonçalves Fariinha Ferreira*, superintendente-chefe.

Despacho n.º 2436/2005 (2.ª série). — Por despacho dos Ministros da Administração Interna e das Finanças e da Administração Pública de 3 de Setembro e de 7 de Dezembro de 2004, respectivamente:

Sónia Maria Aniceto Morgado — autorizada a celebração do contrato administrativo de provimento, válido a partir de 6 de Outubro de 2003, anual e renovável por iguais períodos, para exercer as funções de assistente, no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, para leccionar a disciplina de Matemática do curso de licenciatura em Ciências Policiais, com o horário semanal de cinco horas efectivas, de acordo com o despacho n.º 317/81, de 23 de Novembro, rectificado conforme publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 60, de 13 de Março de 1982, a que corresponde 40%, € 552,43, do vencimento da categoria de assistente, em regime de tempo integral, previsto no escalão 1, índice 140, conforme o estipulado no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro (estatuto remuneratório do pessoal docente universitário e superior politécnico, bem como do pessoal da carreira de investigação científica), alterado pelo Decreto-Lei n.º 373/99, de 18 de Setembro.

13 de Janeiro de 2005. — O Director, *Alfredo Jorge Gonçalves Fariinha Ferreira*, superintendente-chefe.